

**MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E FOLCLORE:**

**O Pensamento de Professores e Folcloristas no movimento folclórico brasileiro  
da década de 1950<sup>1</sup>**

*Luiza Angélica Paschoeto Guimarães*

**RESUMO**

Este estudo tem por objetivo analisar os debates ocorridos na década de 1950 sobre o tema “Folclore e Educação”, a partir das discussões travadas na ocasião do “Movimento Folclórico Brasileiro”. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter historiográfico que utilizou como fonte os documentos encontrados no acervo da Biblioteca Amadeu Amaral, disponibilizado via Internet, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, órgão vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como os periódicos “Cadernos de Folclore” e “Revista Brasileira de Folclore”, sendo este último, também encontrado no acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. As discussões que envolveram as relações entre Folclore e Educação têm início em 1936, na França, mas ganharam vulto no Brasil na década de 1950, com o Movimento Folclórico Brasileiro e estendendo-se por pelo menos mais uma década. O estudo procurou compreender através dos documentos encontrados, de que maneira os professores da época participaram dessas discussões.

**Palavras-chave:** Educação. Folclore. Movimento Folclórico Brasileiro. Cultura Popular

**ABSTRACT**

The objective of this study is analyse the discussions during the decade of 1950 about the “Folklore and Education”, started with the “Brazilian Folkloric Movement”. It’s a descriptive, historiographical study, that used the documents found in the collection of the Amadeu Amaral Library, available in the internet, by the National Folkloric and Popular Culture Center, an organization linked to the Institute for National Artistic and Historical Heritage (IPHAN), as well as the “Folkloric Journal” and the “Brazilian Folkloric Magazine”, this also found at the National Folkloric and Popular Culture Center. The discussions related to the Folklore and Education have started in 1936, in France, but became relevant here in Brazil in the 1950s, with the Brazilian Folkloric Movement, extending for at least a decade. The study tried to understand how the teachers of the 1950 decade have participated of the discussions through the documents found

**Keywords:** Education. Folklore. Brazilian Folkloric Movement. Popular Culture.

---

<sup>1</sup> Este estudo foi apresentado como Comunicação Individual, no IV Congresso Brasileiro de História da Educação, na cidade de Vitória – ES, de 16 a 19 de maio de 2011, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo teve por objetivo analisar o modo como o folclore passou a constituir-se como tema dos debates entre professores e folcloristas brasileiros, no período compreendido entre 1940 e 1960, sobretudo a partir das discussões travadas na ocasião do “Movimento Folclórico Brasileiro” da década de 1950.

Trata-se de pesquisa descritiva, de caráter historiográfico, que utilizou fontes documentais digitalizadas, encontradas no acervo da Biblioteca Amadeu Amaral, disponibilizado via Internet, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, órgão vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Centro é um órgão administrado pelo Governo Federal que desenvolve e executa projetos e programas, reúne documentação, faz pesquisa e busca promover, difundir e estimular expressões saberes e fazeres do povo brasileiro.

A pesquisa utilizou também fontes bibliográficas que complementaram o trabalho e contribuíram para o desenvolvimento do tema, assim como os periódicos “Cadernos de Folclore” e “Revista Brasileira de Folclore” a qual também se encontra digitalizada no acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Os dados obtidos foram registrados, analisados, interpretados e serviram para a elaboração do trabalho final da disciplina de Antropologia oferecida no Programa de Doutorado em Educação Brasileira da PUC-RIO no primeiro semestre do ano de 2010.

O tema “Folclore e Educação” alcançou relevância a partir do ano de 1936, na ocasião do Congresso Internacional de Folclore, em Paris. Por suas relações com as Ciências Sociais, principalmente com a Antropologia e a História, o Folclore passou a ser visto pelos folcloristas como um fator de grande penetração no campo do ensino. As discussões giraram em torno do lugar que o tema deveria ocupar no contexto educacional: a) como conhecimento autônomo nos meios universitários, sendo as manifestações folclóricas objetos a serem estudados, pesquisados e catalogados; ou, b) como disciplina dos cursos normais, que deveria conceber o folclore como elemento didático de caráter instrutivo e formador a ser utilizado na escola primária.

Considerando essa possibilidade de diferentes enquadramentos, o estudo buscou responder a seguinte questão: “O que pensavam professores e folcloristas a respeito das relações entre folclore e educação?” As discussões ganharam vulto na década de 1950, com o Movimento

Folclórico Brasileiro e se estenderam por pelo menos mais uma década. O estudo procurou compreender, através dos documentos encontrados, de que maneira os professores da época participaram dessas discussões.

## **O MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO E OS DEBATES SOBRE FOLCLORE E EDUCAÇÃO**

Folclore e cultura popular há muito tempo estão presentes nas escolas brasileiras, seja na “hora do recreio”, com as “brincadeiras de roda”, “amarelinha” ou “pique-pega”, seja nos livros didáticos, que trazem lendas, fábulas e contos, geralmente adaptados para a aprendizagem da Língua Portuguesa. Entretanto, segundo Ribeiro (1976), somente em 1936, no Congresso Internacional de Folclore, em Paris, o tema “Folclore e Educação” passou a compor a pauta de discussões dos folcloristas.

O assunto já havia sido tratado isoladamente e comentários esparsos encontramos em algumas obras folclóricas. Pelas suas conotações com várias ciências e disciplinas, a Antropologia, a Psicologia, a História, as Ciências Sociais, o Folclore foi visto como um fator da mais intensa penetração no campo do ensino. (RIBEIRO, 1976, p. 4)

Segundo Carciulo (1948), o Folclore no País deveria “ocupar lugar importante no currículo das matérias a serem ministradas aos futuros e atuais educadores, destinados a lecionar nas escolas rurais e metropolitanas”. Para o autor, o bom professor deveria conhecer a topografia e o folclore do local onde iria lecionar, para compreender “a alma e os hábitos de seus discípulos”.

Renato de Almeida, diretor do Liceu Franco-Brasileiro, em aula ministrada no Curso de Férias da ABE, expõe que nas escolas normais<sup>2</sup>, deveria ser ensinado às futuras professoras, os meios de discriminar os elementos folclóricos, para que elas pudessem utilizá-los na escola.

Em cada jogo, em cada história, em cada cantiga, é necessário aproveitar o que se ensina, ou mesmo gravar no espírito da criança as constantes

---

<sup>1</sup> Escolas Normais eram instituições que ofereciam cursos de formação de professores. A primeira Escola Normal pública brasileira data de 1835, fundada na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Atualmente, os cursos de formação de professores são conhecidos como Cursos Normais.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela UCP e Doutoranda em Educação pela PUC/RJ

tradicionais do nosso povo. Não se lhes deve falar de monstros, em gestos de bandoleiros, em superstições ou magias, nem em coisas que lhes possam excitar a imaginação ou criar temores, mas no que for instrutivo e agradável, no que contribui para amar mais ao país e a melhor conhecer os seus aspectos ou tiver condições educacionais. A gradação dos meios folclóricos utilizáveis seria uma propedêutica a ensinar e retificar com a prática. (ALMEIDA, 1948)

Concordando com Almeida sobre a necessidade do ensino de elementos folclóricos nos cursos de formação de professores, Maria de Lourdes Ribeiro assinala ser este também **é** o posicionamento de Lourenço Filho e ressalta que os professores necessitam compreender porque o Folclore é um fator didático e como devem aprender a utilizá-lo. A autora defende a inclusão do Folclore como uma disciplina específica no Curso Normal, caso contrário, “muito difícil será qualquer utilização eficiente e sistemática” (1962, p. 93). E complementa: “a minha dupla qualidade de professora e de folclorista me permite sentir a necessidade de ser fixado com rigor o problema, de imprescindível solução, que é o preparo do professor primário para aplicar o Folclore na escola” (p. 94).

O Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, realizada no Quitandinha (Petrópolis), em 1949, recomendava que o material folclórico dos museus (centros regionais e municipais), deveriam servir para “dar um sentido local e regional às atividades artísticas, na escola primária e na normal, preferencialmente, tanto nas artes decorativas como plásticas e, na música, como a valorização das formas populares” (RIBEIRO, 1976, p. 5).

No mesmo ano, o III Congresso Nacional de Professores de Estabelecimentos Particulares, em São Paulo, indicou a inclusão de assuntos folclóricos aos autores de livros didáticos, nos compêndios e livros de leitura e que isso fosse feito pela “transcrição de documentos ou da sua adaptação, esclarecendo-os com explicações, notas e comentários”. Além disso, solicitava incluir o “Folclore” nos programas do ensino primário e secundário e a indicação, sempre que possível, “nas instruções metodológicas, de elementos folclóricos como instrumento de ensino, fazendo também do folclore um centro de atividades extra-escolares” (RIBEIRO, 1976, p. 6).

Ainda em 1949, a Professora Alice de Azevedo Muller acompanhada pelo professor Álvaro Kilkerry, apresentou ao Congresso dos Estabelecimentos de Ensino, em Salvador (BA), uma moção sobre “Folclore e Educação”. Em entrevista para o jornal “A Tarde” (posteriormente publicada no Jornal “O Estado de São Paulo”), a professora Alice declarou que a moção



serviria para reafirmar “uma vez mais que a formulação do problema folclórico está, sobretudo, no campo educacional”. E complementando, assinalou a professora:

[...] a regressão dos fenômenos tradicionais, em face da civilização mecânica de nossos dias, fato observado em todo o mundo, precisamos resguardar as fontes populares, que oferecem sempre menor resistência. E que melhor meio de fazê-lo senão interessando as crianças e os adolescentes pelas artes do povo? Trazer o folclore à escola é guardar em sua pureza os elementos de brasilidade, é manter a ligação do homem à terra nas zonas rurais, é incorporar ao país o filho do imigrante, nas zonas de colonização. Para isso, além do aproveitamento nos programas e na vida extra-escolar, necessitamos de possuir museus, onde os professores possam fazer preleções e se reúnam tantos valores capazes de inspirar e orientar o ensino das artes, como da geografia e da história. Nesse sentido, é a nossa moção que, aliás, reafirma princípios já adotados em outros congressos de educação. (FOLCLORE, 1949)

Em 25 de abril de 1950, o Jornal “A Gazeta”, em Florianópolis (SC), publicou as “Recomendações da Comissão Nacional de Folclore do IBECC”, aprovadas pela Diretoria do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e elaboradas pela Comissão Nacional do Folclore, contendo sugestões relativas ao aproveitamento do Folclore no plano educacional. O documento seria encaminhado pela Delegação Brasileira à Assembléia Geral da UNESCO, que se reuniria em maio do mesmo ano, em Florença, na Itália. As sugestões foram as seguintes:

- I. Reconhecer a importância do folclore na educação, quer como elemento didático, quer nos programas de recreação, com o duplo intuito de estimular as manifestações essenciais do espírito nacional, que encerram as artes tradicionais do povo, e de evitar o seu desaparecimento, já que constituem um dos patrimônios culturais da humanidade;
  - II. Recomendar aos Estados membros da UNESCO a organização de institutos nacionais de folclore, encarregados de encorajar os estudos e pesquisas das artes populares e de evitar a sua regressão, criando museus escolares, nos estabelecimentos de ensino, bem assim centros de documentação e permuta de trabalhos, discos, filmes, fotos etc.
- (FOLCLORE, 1950)

O “Movimento Folclórico Brasileiro”, concentrado no período entre 1947 e 1964, foi marcado pela mobilização em torno das manifestações folclóricas, não apenas no sentido de pesquisá-las, como também, com o intuito de catalogá-las. A Comissão Nacional do Folclore (CNFL), do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), organizada pelo Ministério das Relações Exteriores para representar o Brasil frente à UNESCO, realizou uma série de congressos nacionais sobre o tema, em diferentes estados e participou de reuniões promovidas

por esse Órgão Internacional. Em todos os encontros, os debates estavam voltados para a defesa das manifestações folclóricas e para a criação de uma instituição governamental que pudesse coordenar os esforços de pesquisa e preservação do folclore nacional (VILHENA, 1997).

O “movimento” pretendia também associar o folclore à ação educativa, “buscando em seus mananciais a motivação para várias atividades culturais. O folclore como matéria prima, embora por vezes um pouco abrupta, seria a fonte temática das criações humanas no plano escolar”. Esperava-se que a associação do folclore com a educação, levaria à universalização da cultura, “notas locais imprimiriam aos nossos estudos esse cunho próprio, que constitui um dos ideais legítimos de qualquer nacionalidade” (FOLCLORE, 1950a).

No I Congresso Brasileiro de Folclore, reunido no Rio de Janeiro, em 1951, foi publicada em seus anais, a “Carta do Folclore Brasileiro”, tornando público “os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes” para a orientação das atividades que envolvem o “Folclore Brasileiro”. Na Carta ficou estabelecido que o fato folclórico se constitui de “maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservado pela tradição popular e pela imitação”. Além disso, preconiza que um fato é folclórico na medida em que não seja diretamente influenciado “pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica” (CARTA..., 1951).

Na seção VII da Carta, o cancionário folclórico infantil é considerado “fator educativo” uma vez que desenvolve ao mesmo tempo o gosto pela música e o hábito do canto coletivo; fornece às aulas e à recreação, o material adequado e reforça o aproveitamento do elemento tradicional. “Sua utilização deve visar às necessidades infantis de gregarismo e expansão, e também despertar o espírito de cooperação, de par com o sentido de disciplina”.

Na Carta, a Comissão Nacional do Folclore é orientada a divulgar amplamente nas “escolas pré-primárias e primárias” do Brasil, o material coletado sobre o cancionário folclórico infantil. Propõe também que as canções folclóricas sejam incluídas no programa dessas escolas, em todo o território nacional, e que se encaminhem providências para que esta sugestão se transforme em lei.

Em 1995, no VIII Congresso Brasileiro de Folclore, em Salvador (BA), estudiosos do Folclore reuniram-se e elaboraram uma releitura da Carta do Folclore Brasileiro. Nessa releitura, destacou-se a relevância do Folclore como “o conjunto das criações culturais de uma

comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social”. Ressalta que “folclore e cultura popular” são entendidos como equivalentes e que esta concepção está “em sintonia com o que preconiza a UNESCO” e acrescenta que “a expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos” (CARTA..., 1995).

A concepção de que folclore e cultura popular são termos equivalentes, nos remete à etimologia da palavra folclore que nasce da união entre o *Folk* (povo) e *Lore* (saber). Em 1846, o arqueólogo britânico *William John Thoms*, utilizou a palavra *Folk-lore* em uma carta ao jornal londrino *The Atheneum*, para designar as “antiguidades populares”, isto é, o “saber popular” (CABRAL, 1954).

A releitura da Carta de 1951 ampliou o espaço da educação nas relações com o folclore e recomendou o desenvolvimento de ação conjunta entre os Ministérios da Cultura e da Educação para garantir que o conteúdo do folclore e da cultura popular fosse incluído no ensino de 1º e 2º Graus (atualmente ensino fundamental e ensino médio, respectivamente) e como disciplina específica do 3º Grau (hoje Educação Superior), “de forma mais ampla, incluindo enfoque teórico e prático através do ensino regular, de oficinas, de observações e de iniciação às pesquisas bibliográficas e de campo”.

Além disso, são também recomendações da Carta do Folclore Brasileiro, entre outras:

- a) Considerar a cultura trazida do meio familiar e comunitário pelo aluno no planejamento curricular, com vistas a aproximar o aprendizado formal e não formal, em razão da importância de seus valores na formação do indivíduo.
- b) Envolver os educadores de diferentes matérias em torno do folclore, considerando-o um amplo campo de ação para os estudos e a prática da multidisciplinaridade.
- c) Incluir o ensino de Folclore nos cursos de 2º grau (Habilitação/Magistério), nos cursos de Comunicação, de Artes, de Educação Física, de História, de Geografia, de Turismo, nos Conservatórios e Academias de Artes em geral, Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, de Pedagogia, de Serviço Social.
- d) Designar para lecionar a disciplina Folclore os professores com especialização na área ou em outras disciplinas afins com reconhecida experiência.

- e) Orientar a rede escolar para que as datas relativas ao Folclore e Cultura sejam comemoradas como um conjunto de temáticas que devem constar dos conteúdos das várias disciplinas, pois configuram expressões em diferentes linguagens - a da palavra, a da música, a do corpo - bem como técnicas, cuja prática implica acumulação e transmissão de saberes e conhecimentos hoje sistematizados pelas Ciências. Instruir os professores para que motivem seus alunos, em tais datas, a estudar manifestações do seu próprio universo cultural.

(CARTA..., 1995).

Em 1954, o Jornal “A Gazeta” publica reportagem sobre o I Congresso Interamericano de Educação de Base que se realizou em São Paulo. Nesse Congresso, os professores Geraldo Brandão e Rossini Tavares de Lima “organizaram um pequeno, mas expressivo temário que inclui o estudo do folclore”. Na reportagem, o professor Geraldo Brandão, catedrático da cadeira de Sociologia da “Escola Normal Anhanguera” na Capital Paulista, defende a criação da cadeira de Folclore junto à Faculdade de Filosofia. Entre os temas apresentados pelo professor estão incluídos: i) o folclore e a integração na comunidade; ii) o interesse pedagógico do folclore; iii) o folclore na formação do professor; iv) o folclore como instrumento de simpatia humana e aproximação entre os homens (CRIAÇÃO, 1954).

Para o professor, “em sentido largo, a educação trata de integrar o indivíduo na sua comunidade e essa integração só pode ser completa quando a cultura do grupo estiver inteiramente assimilada”. Argumenta que não é possível fazer educação deixando de lado aspectos culturais como a tradição, os cantos, as superstições, as lendas e tantas outras manifestações “que integram as camadas mais profundas da alma coletiva, coisas sagradas, coisas do coração”.

Em relação ao valor pedagógico do folclore, citando Ralph S. Boggs, Brandão assinala que o folclore “pode ser utilizado para despertar e avivar o interesse pela matéria lecionada”. É pelo folclore que se estabelece a relação entre o aluno, a experiência, o ambiente e a disciplina nova e desconhecida “dissipando o receio e reforçando a aceitação do estudante”.

O “Diário de Notícias” traz em 18 de abril de 1954 um artigo de Renato de Almeida sobre “Folclore e Educação de Base”. No texto, o autor assinala que a “UNESCO tem vivido mais ou menos distante das atividades folclóricas, embora subvencione a publicações de algumas coleções de discos de *folk música* e a edição da revista do *International Folk Music Council*”. O autor explica que o grande interesse da UNESCO está relacionado à educação de base, mas



que não se pode tratar do tema sem considerar a cultura *folk*. “Não é possível promover a alfabetização de adultos, em largas áreas rurais, e não excluiria também as zonas urbanas, sem levar em conta os fatores desses conglomerados que peneiram por igual nas capas superiores da sociedade em contatos, marcados e definidos (ALMEIDA, 1954).

Almeida assinala que no plano educacional, o Folclore está lado a lado com a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. Ele tem lugar marcado, já que é “imprescindível a convergência de várias ciências para o estudo dos grupos sociais”. E complementa que com o Folclore acontece “algo mais”, uma vez que o folclore é um elemento didático de valor insuperável, tendo em vista que, por definição, já contém a própria formação da palavra: a sabedoria do povo.

O fato folclórico é um elemento vivo de cultura, quer na esfera espiritual quer na material é, portanto, fator na soma de valores da experiência humana. O seu conhecimento se, é necessário para a educação em geral, se torna essencial para a educação de base, principalmente quando abrange os conglomerados das zonas rurais. (ALMEIDA, 1954).

Naquele ano, o Congresso Internacional do Folclore ocupou-se das questões que envolveram o folclore e a educação. Entre os temas abordados, o da formação de professores foi considerado por Almeida (1954) como o de maior relevância, visto que a UNESCO, ao destacar o tema, traria valiosa contribuição à discussão da problemática, principalmente porque “sairíamos do terreno da verificação de uma importância, para considerar os meios de aplicação, de como podemos aproveitar o imenso patrimônio do folclore na educação em geral e no ensino em particular”.

Em, 21 de março de 1956, Mario P. de Brito, então Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, instituiu no âmbito daquela Secretaria um Centro de Estudos Folclóricos. Para tanto, considerou a existência de “imenso e rico patrimônio folclórico” no Distrito Federal, além de explicitar seu interesse no estudo e na pesquisa que poderiam representar “inestimável” contribuição ao desenvolvimento da cultura. O Centro estaria organizado em três subsetores: i) subsetor de documento; ii) subsetor de aplicação; iii) subsetor de relações públicas. Cada setor ficaria responsável pelo cumprimento de algumas atividades, sendo que os assuntos educacionais estariam sendo desenvolvidos pelo subsetor de aplicação.

Em 1958, foi instalada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro com o intuito de promover ações que favorecessem a pesquisa e a organização de um acervo representativo do folclore nacional. Este foi o primeiro órgão brasileiro que visava organizar o campo do

folclore, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, o Centro (ainda com a nomenclatura de Campanha) passou a fazer parte da “FUNARTE”, como Instituto Nacional do Folclore. No final de 2003, já com a denominação atual, o órgão passou a compor a estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como assinalado, o estudo tem por objetivo analisar os debates ocorridos na década de 1950 sobre o tema “Folclore e Educação”, a partir das discussões travadas na ocasião do “Movimento Folclórico Brasileiro”, tratando-se de uma pesquisa descritiva, de caráter historiográfico e que utilizou fontes documentais disponibilizadas via Internet, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, órgão vinculado ao IPHAN.

Considera o folclore equivalente à cultura popular, conforme estabelece a releitura da Carta do Folclore Brasileiro de 1951, publicada em 1995 e por isso entende que o folclore está constituído de elementos de inspiração artística; histórias e contos com valores humanos; provérbios que se constituem como verdadeiras sínteses filosóficas; personagens de espírito vivo, engenhosos e sutis; poesia, ritmo e melodia. Enfim, elementos materiais e não materiais que o compõem.

Os jogos e brincadeiras folclóricas, por exemplo, podem contribuir para os processos de socialização e de preparação para o mundo adulto. Os elementos folclóricos que a escola utiliza também podem contribuir para a aprendizagem da criança uma vez que servem como ponto de partida para a construção de saberes e apropriação do conhecimento elaborado pela comunidade onde se insere.

Segundo Florestan Fernandes (1978, p. 61), os folcloristas evidenciam o valor educativo do folclore, tendo em vista que a atividade folclórica revigora e orienta o comportamento ou as atitudes do homem. “A criança ou o adulto, por seu intermédio, não só participam de um sistema de ideias, sentimentos e valores. Pensam e agem em função dele, quando as circunstâncias o exigem”.

O folclore contribui para que a criança aprenda a agir como “ser social”, cooperando e competindo com seus iguais, aceitando e valorizando as regras sociais existentes na herança cultural de seu grupo. Além disso, apreende técnicas, conhecimentos, “valores que se acham

objetivados culturalmente”. Ela assimila os elementos culturais e passa a interpretar o mundo através desses elementos (FERNANDES, 1978, p. 62).

Segundo Maria de Lourdes Borges Ribeiro (1976, p. 5), cabe ao professor selecionar o que do folclore deve ser utilizado pela escola e como o elemento folclórico deve ser “explorado”. Não se trata, portanto, de “ensinar” folclore às crianças, mas “aproveitar o folclore como fator didático para o ensino, nessa ou naquela disciplina”. É preciso utilizar elementos e atividades folclóricas “onde houver oportunidade e onde conseguir favorecer a compreensão, desenvolver a memória, incentivar a fantasia ou oferecer centro de interesse ou de relação concernente ao que se está ensinando”.

Consoante Florestan Fernandes, não se pode ignorar o valor educativo do Folclore do mesmo modo que não se deve ignorar a complexidade e a delicadeza dos problemas provocados por sua utilização deliberada como instrumento educativo. Para o autor, a aprendizagem do Folclore no cotidiano da criança é benéfica e se dá de maneira construtiva porque “corresponde a motivações desencadeadas pelas próprias condições de existência dos indivíduos”, no entanto, sua exploração racional, em sentido sistemático, merece ainda ser objeto de mais estudo antes que seja amplamente utilizada nos ambientes escolares.

Ribeiro (1976), reafirmando o que estava sendo discutido nos Congressos sobre Folclore durante o Movimento Folclórico Brasileiro, defende o ensino do Folclore nas escolas de formação de professores, seja como disciplina específica ou simplesmente como ilustração.

A autora ressalta que “não é possível o ensino daquilo que não se estudou”, por esse motivo defende o ensino do folclore nos cursos de formação de professores para crianças e jovens.

Por fim, ressalta-se que diversos folcloristas da década de 1950 acreditavam que o Folclore deveria ser ensinado em todos os graus de ensino. No ensino primário, não como um estudo em si, mas como prática dos fatos locais e regionais. Entretanto, nos Cursos Normais, aos futuros professores, o estudo sobre o folclore deveria ser levado “a sério” para que pudessem ensinar as crianças a respeitar os valores da sua terra. A Educação Superior, seria a responsável pela formação de novos pesquisadores sobre o folclore, para que este pudesse ser preservado e compreendido em toda a sua plenitude.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA**

ALMEIDA, Renato de. **O Folclore e a educação de base**. Jornal “Diário de Notícias”, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1954. Documento F-1247. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Os professores e o Folk-lore**. O Jornal Guanabara, 22 de fevereiro de 1948. Documento F-1235. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

BRASÍLIA. Distrito Federal. **Resolução nº 11**, de 21 de março de 1956. Institui na Secretaria Geral de Educação e Cultura, um Centro de Estudos Folclóricos e dá outras providências. Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, 28 de março de 1956. Documento F-1257. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

CABRAL, Oswaldo R. **Cultura e Folclore: bases científicas do folclore**. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore/Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1954.

CARCIULO, Bruno Matarazzo. **O Folclore: formação**. 1948. Documento F-1233. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

CARTA do Folclore Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE 1. De 22 a 31 de agosto de 1951. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1951. V.1. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br/html/arte/p21.html#a1>>. Acesso em: 07. Jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Releitura da Carta do Folclore Brasileiro de 1951**. Publicada no Boletim nº 18, em edição especial com noticiário do VIII Congresso Brasileiro de Folclore. Salvador: 16. Dez. 1995.

CRIAÇÃO da Cadeira de Folclore nas Faculdades de Filosofia. **Jornal “A Gazeta”**. São Paulo: 18 de mar. 1954. Documento F-1245. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Jornal “A Gazeta”**. São Paulo: 18 de mar. 1954. Documento F-1246. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

FERNANDES, Florestan. **O Folclore em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1978.



FOLCLORE e Educação: Museus de artes populares – como falou à “A Tarde” uma educadora carioca. **Jornal “O Estado de São Paulo”**. São Paulo: 18 de julho de 1949. Documento F-1236. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Recomendações da Comissão Nacional de Folclore do IBECC. **Jornal “A Gazeta”**. Florianópolis: 25 de abril de 1950. Documento F-1237. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Jornal “A Noite”**. Florianópolis: 4 de setembro de 1950a. Documento F-1238. Acervo CDU. Biblioteca Amadeu Amaral. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\CDU\CDU.docpro&tam=844x1600)>. Acesso em: 07. jul. 2010.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. O Folclore na Escola. **Revista de Folclore**. n. 5. p. 1-30. Rio de Janeiro: CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1976.

\_\_\_\_\_. O Folclore no Ensino Primário. **Revista Brasileira de Folclore**. v. 2, n. 3. p. 91-112. Mai./ago. 1962.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o Movimento Folclórico Brasileiro – 1947-1964**. Rio de Janeiro: FUNERTE, 1997.